



Estado de Sergipe
Município de Boquim
Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000259

PARECER Nº 473/2024 PGM-MB/SE

Ementa: Contratação do artista *Luanzinho Moraes*, por inexigibilidade de licitação, para apresentação no tradicional “ARRAIÁ DA FELIZCIDADE”, que ocorrerá dia 15 de junho de 2024. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Artigo 74, II, da Lei no 14.133/2021.

I- Do Relatório:

Trata-se na espécie de processo administrativo, encaminhado pelo Setor de Licitações através da Comunicação Interna nº 236/2024, que visa à contratação direta do artista **LUANZINHO MORAES**, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso II, da Lei no 14.133/2021, para realizar apresentação artística, no dia 15 de junho de 2024, como parte da programação do tradicional “ARRAIÁ DA FELIZCIDADE”.

Foram colacionados aos autos os seguintes documentos:

1. Plano de Contratações Anual 2024, publicado no Diário Oficial do Município (fls. 01/15);
2. Cópia da Portaria nº 101, de 27 de março de 2023, que designa equipe de trabalho para compor o setor de planejamento do Município de Boquim e dá outras providências, publicada no Diário Oficial do Município (fl. 16);
3. Calendário de Eventos da Prefeitura Municipal de Boquim no ano de 2024 (fls. 17/20);
4. Cópia da portaria nº 154, de 12 de abril de 2024, que designa servidores para compor a Comissão de Eventos do Município de Boquim e dá outras providências (fls. 21/22);
5. Documento de Formalização e Demanda (fls. 23/24);
6. Proposta de preço referente artístico musical da banda LUANZINHO MORAES para tradicional ARRAIÁ DA FELIZCIDADE 2024, no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil), (fl. 25);
7. Release da Banda (fls. 26/27);
8. Estudo Técnico Preliminar (fls. 28/33);
9. Termo de Referência (fls. 34/45);



Estado de Sergipe

Município de Boquim

Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000360

10. Autorização para realização do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 10/2024, subscrita pelo Prefeito Municipal (fls. 46/47);
11. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídico (fl. 48);
12. Documentos pessoais dos sócios da empresa É FESTA- MÚSICA E ENTRETENIMENTO LTDA (fls. 49/59);
13. Segunda Alteração Contratual da empresa É FESTA- MÚSICA E ENTRETENIMENTO LTDA (fls. 60/65);
14. Primeira Alteração Contratual da empresa É FESTA- MÚSICA E ENTRETENIMENTO LTDA (fls. 66/71);
15. Contrato de Constituição de Sociedade Limitada da empresa É FESTA- MÚSICA E ENTRETENIMENTO LTDA (fls. 72/76);
16. Pedido de Registro de Marca de Produto e/ou Serviço (mista) (fls. 77/78);
17. Declaração de nome artístico (fls. 79/80);
18. Documentos pessoais do cantor da banda (fls. 81/84);
19. Cópia do Contrato de Cessão Exclusiva (fls. 85/86);
20. Contrato de Adesão ao Serviço de Escritório Virtual (fls. 87/92);
21. Matérias retiradas da internet referente shows realizados pelo cantor LUANZINHO MORAES (fls. 93/98);
22. Alvará de Localização e Funcionamento (fl. 99);
23. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, feita no Tribunal de Contas da União (fl. 100);
24. Certidão Judicial Criminal Negativa (fl. 101);
25. Certidão Judicial Cível Negativa (fl. 102);
26. Certidão Negativa de Débitos Municipal (fl. 103);
27. Certidão Negativa de Débitos Estaduais (fl. 104);
28. Certificado do FGTS-CRF (fls. 105);
29. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (fl. 106);
30. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (fl. 107);
31. Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil (fl. 108);
32. Declaração Conjunta (fl. 109);
33. Notas Fiscais referente Shows da Banda Luanzinho Moraes em diversos municípios (fls. 110/112);
34. Justificativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, referente contratação do Cantor Luanzinho Moraes para apresentação no ARRAIÁ DA FELIZIDADE (fls. 113/114);
35. Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Classificação Econômica (fl. 115);



Estado de Sergipe

Município de Boquim

Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000161

36. **Solicitação de Despesa n° 887, de 22/05/2024, no valor total de R\$ 80.000,00,** subscrita pela Secretária de Educação, Prefeito Municipal e Controle Interno (fls. 116/117);
37. memorando do Setor de Planejamento ao Setor de Licitações, encaminhando documentação para abertura de processo de Inexigibilidade para contratação de show artístico do cantor LUANZINHO MORAES (fl. 118);
38. Portaria n° 139, de 27 de março de 2024, que designa Agente de Contratações, Equipe de Apoio e Comissão Permanente de Contratação (fls. 119/121);
39. Decisão TC N. 19752 do Tribunal Pleno (fls. 122/133);
40. Ofício Circular n° 030/2017/GP/DITEC, referente antecipação do pagamento na contratação de artistas consagrados (fls. 134/135);
41. Resolução TC n° 364, de 16 de maio de 2024, que dispõe sobre despesas com festividades durante Estado de Emergência e Calamidade Pública, ou em caso de inadimplência com os servidores públicos (fls. 136/138);
42. Justificativa da Escolha do Artista Luanzinho Moraes, bem como Justificativa do Preço, subscritas pelo Agente de Contratação, membros da Equipe de Apoio e ratificado pelo Prefeito Municipal (fls. 139/145);
43. Minuta do contrato (fls. 146/157);
44. Comunicação Interna n° 236, de 23 de maio de 2024, feito pela CPL (fl. 158).

Eis o relatório. Passa-se à fundamentação.

II- Da Fundamentação:

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Prosseguindo a análise, é certo que a obrigação das contratações públicas se subordina ao regime das licitações e possui raiz constitucional, como preconizado no inciso XXI do art. 37 da Carta Magna. Neste lance, a matéria foi regulamentada pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei no 14.133 de 1o de abril de 2021), que excepcionou a regra da licitação em duas espécies de procedimentos: a) dispensa de licitação (art. 75); e b) inexigibilidade de licitação (art.74).



Estado de Sergipe
Município de Boquim
Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000182

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

...

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Quanto ao “*empresário exclusivo*”, está expresso no parágrafo 2º do referido art. 74:

“Art. 74...

...

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.”

Analisando o dispositivo legal citado no início deste item (artigo 74, II, da Lei no 14.133/2021) constam os seguintes requisitos e condicionantes para tal contratação direta, de caráter cumulativo, a realização de contratação diretamente com o artista ou por intermédio de empresário exclusivo e a demonstração de consagração do artista perante a crítica especializada ou opinião pública. Dito isto, nota-se que a presente contratação será realizada mediante contrato de exclusividade, conforme explícito nas fls. 85/86, tendo como representante a empresa ***É FESTA- MÚSICA E ENTRETENIMENTO LTDA.***

A consagração pela crítica especializada é evidenciada por meio da manifestação de autores ou veículos renomados sobre o produto artístico que se pretende contratar via inexigibilidade de licitação. Essa manifestação, por óbvio, não consiste apenas na menção a apresentações, pois crítico é *aquele que escreve ou comenta arte, analisando seus vários parâmetros de qualidade*. Ademais, quanto à *opinião pública*, recomenda-se a comprovação através de recortes de jornais e revistas, entrevistas e qualquer outro material que possua o condão de provar a popularidade do futuro contratado.



Estado de Sergipe

Município de Boquim

Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

800163

Por relevante ao caso, destaca-se a sempre pertinente doutrina de Marçal Justen Filho:

“(...) deverá haver um requisito outro, consistente na consagração em face da opinião pública ou da crítica especializada. Tal se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoa destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte.”

Quanto à justificativa de preços (art. 72, inc. VII da Lei 14.133/21), vale ressaltar o § 4º, do artigo 23 da referida Lei, senão vejamos:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

...

§ 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.”

Desta forma, deve a Administração verificar se o cachê cobrado por aquele artista ao ente contratante possui compatibilidade com a contrapartida requerida pelo artista em outras apresentações. Logo, às fls. 143/145, está prevista a regular Justificativa de Preço, subscrita pelo Agente de Contratação, membros da Equipe de Apoio e ratificada pelo Prefeito Municipal. No mais, encontram-se sob fls. 110/112, Notas Fiscais referentes apresentações do artista **Luanzinho Moraes**.



Estado de Sergipe
Município de Boquim
Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

001164

Está previsto no art. 72 da Nova Lei de Licitações que o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os documentos a seguir:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

Com relação ao documento de formalização e demanda, está anexado ao processo, sob fls. 23/24, bem como justificativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, sob fls. 86/87.

No que tange aos incisos II e IV, art. 72, da referida Lei, está previsto na Cláusula Nona, da Minuta do Contrato, a Dotação Orçamentária reservada para a demanda em comento.



Estado de Sergipe

Município de Boquim

Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000165

Referente à pessoa, física ou jurídica, a ser contratada, deve a Administração se certificar de que a futura contratada possui a necessária aptidão jurídica para a ser contratada, nos termos da lei. Portanto, no inciso V, do artigo 72, relata a necessidade da **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária.**

O art. 62 da Lei no 14.133/2021, no que lhe diz respeito, elucida o conceito de habilitação:

“Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;”

Lado outro, imprescindível, em regra, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, nos termos do art. 68 da Lei no 14.133/2021. Vejamos:

“Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;



Estado de Sergipe

Município de Boquim

Procuradoria Geral do Município

(79) 3645-1494. Praça Doutor José Maria de Paiva Melo, n. 26, centro (CEP n. 49.360-000).

000186

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.”

Assim, conforme todo o exposto, é certo que, desde que cumpridos os requisitos exigidos pela lei, a contratação poderá ser enquadrada enquanto hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do caput, do artigo 74, da Lei no 14.133/2021.

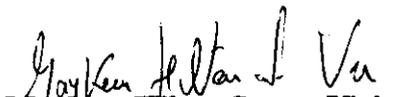
III- Da Conclusão:

Diante do exposto, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como a natureza do objeto a ser contratado pela via direta, e o atendimento ao que dispõe a legislação que rege a matéria, opina-se pela viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação pretendida, com fulcro no artigo 74, inciso II, da Lei no 14.133/2021.

Por fim, é necessário conferir a devida publicidade ao ato da autoridade competente que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Boquim/SE, 23 de maio de 2024.


Maykem Hilton Soares Vieira
Procurador do Município
Decreto n.º 101/2024



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000167

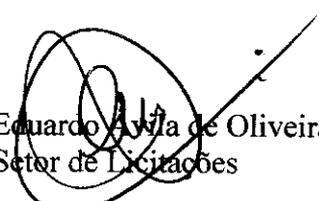
COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 237/2024

Boquim (SE), 24 de maio de 2024.

Prezada Senhora,

Estamos encaminhando a esta Controladoria Geral do Município para análise e emissão de parecer jurídico referente do processo de INEXIGIBILIDADE Nº 10/2024, cujo objeto O presente contrato tem por objeto a contratação da empresa É FESTA – MÚSICA & ENTRETENIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 41.479.647/0001-25, visando à apresentação artística da banda “LUANZINHO MORAES”, no dia 15/06/2024, com duração de 01h30min, sendo o horário previsto para início às 02h30min da madrugada do dia 16/06/2024, como parte da programação do “ARRAIÁ DA FELIZCIDADE”, que será realizado na Praça: Dr. Rinaldo Costa e Silva, localizada na cidade de Boquim/SE. Para emissão de parecer técnico.

Atenciosamente,


Carlos Eduardo Avila de Oliveira
Setor de Licitações

A Ilma. Sr^a.
Vanessa Silva Macêdo
Procurador Geral do Município
NESTA